

IDENTIDADE(S) E LIBERDADE DE AGÊNCIA FEMININA: CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL¹

Andréia Anschau

Mestranda em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará (UFPA).
Endereço: Rua Ervino Stoll, n. 1131 – Teutônia – RS.
CEP: 95890-000 Email: andreia.anschau@gmail.com

Solange Regina Marin

Professora na Universidade Federal de Santa Catarina.
Endereço: Rua Presidente Coutinho, 297 – Florianópolis – SC.
CEP: 88.015-230 Email: solange.marin@ufsc.br

RESUMO

A economia social é tida como o estudo das relações éticas e sociais do comportamento econômico, das instituições, das organizações, da teoria econômica e da política. O presente artigo analisa as questões relativas ao conceito de economia social e as suas contribuições para as temáticas da identidade dos indivíduos e da liberdade de agência feminina. O problema de pesquisa é: Quais são as contribuições da chamada economia social para identidade e liberdade de agência feminina? A economia social possui uma importância decisiva no que envolve o seu papel na promoção da justiça e da equidade social. Os economistas sociais não ignoram as interconexões entre os seres humanos e o sistema social. Este assunto converge para a aplicabilidade de múltiplos e diversos juízos de valor, numa perspectiva a examinar as soluções alternativas para as questões de liberdade de agência feminina.

PALAVRAS-CHAVE: economia social; identidades; liberdade de agência; feminismo.

ABSTRACT

The social economy is seen as the study of ethics and social relations behind economic behavior, institutions, organizations, theory and policy. This article examines the issues relating to the concept of social economy and the contributions that this brings to the themes of social identity and woman's free agency. The research problem is: What are the contributions of so-called social economy identity and free agency? The social economy has a decisive importance in involving their role in the promotion of justice and social equity. Social economists ignore the interconnections between human beings and the social system. This subject converges to the applicability of multiple and diverse value judgments, with a view to examine the alternatives for female agency freedom issues.

KEYWORDS: social economy; identities; agency freedom; feminism.

¹Trabalho premiado no IV Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

A economia social é responsável por investigar as relações entre a economia e a sociedade. Os estudos nesta área envolvem análises entre a ética, os valores sociais, a justiça social e as diversas dimensões da vida econômica. A economia social é capaz de proporcionar uma diferença real e substancial em como os assuntos econômicos são vistos e interligados a outras áreas, tal como as identidades do indivíduo.

As temáticas incorporadas à economia social tratam dos valores humanos, com as características individuais de cada pessoa, com a distribuição adequada da riqueza e com o bem-estar dos indivíduos que não são capazes de participar plenamente dos assuntos econômicos, afastando-se da visão neoclássica, em que são analisadas somente as preferências individuais.

As identidades do indivíduo e o feminismo econômico são áreas interdisciplinares de investigação que compõem o campo de estudo da economia social. Essas abordagens enfatizam a necessidade de considerar preceitos filosóficos e morais na elaboração de princípios econômicos que guiam as ações humanas, visto que os agentes econômicos são seres sociais, e não devem ser analisados de forma isolada.

Dessa forma, o artigo buscará responder a seguinte questão: quais são as contribuições da chamada economia social para a discussão sobre identidade e liberdade de agência? Para que se possa responder a essa pergunta os objetivos aqui buscados se restringem a apresentar o conceito de economia social e evidenciar a contribuição temática para as identidades do indivíduo e para a liberdade de agência feminina.

O artigo conta com três seções. A primeira parte contém a conceituação do que é economia social. No segundo ponto, é trabalhado o conceito de identidade do indivíduo e é apresentada a concepção de liberdade de agência. Por último, discorre-se sobre liberdade de agência feminina, tema presente tanto na economia feminista quanto no estudo das identidades.

1. ECONOMIA SOCIAL

O termo ‘economia social’, de acordo com Caeiro (2008), surgiu em meados de 1830, quando Charles Dunoyer² publicou, em Paris, um tratado sobre o assunto. Já na mesma década a expressão se popularizou, chegou a ser criado – na Universidade de Lovaina – um curso com essa titulação. O conceito de economia social abrange uma área que não é vista com interesse nem pelo setor público nem pelo privado.

A economia social está entre a economia pública e a economia de mercado, no que tange à resolução dos problemas e das necessidades sociais. Isso porque ela tem papel essencial na solução de conflitos, que não são atrativos para a economia privada –

² Economista francês responsável por cunhar o termo *economia social*.

dada a ausência de lucros – e nem para o Estado. O mérito principal da economia social é o de demonstrar o pluralismo político e cultural que caracteriza os primórdios do desenvolvimento da economia social e que até hoje se mantém (CAEIRO, 2008).

A economia social possui dois domínios relacionados de investigação. Suas origens encontram-se na sua compreensão como um terceiro setor econômico, distinto dos setores privado e público, com base em atividades voluntárias, cooperativas e sem fins lucrativos. Esta abordagem foca na natureza e na organização econômica das comunidades na economia globalizada contemporânea. A economia de base comunitária é vista por muitos como uma forma de as pessoas ganharem controle sobre suas vidas e construir uma vida econômica em torno da sociabilidade e das necessidades humanas (DOLFSMA; DAVIS, 2010).

Segundo o Observatório de Economia Social Portuguesa (OBESP), a definição de um conceito preciso de economia social faz com que se torne visível a questão das semelhanças e pontos controversos do que muitos autores consideram como a “velha” e a “nova” economia social. A nova economia social corresponde as cooperativas, fundações e mutabilidades, e a velha economia social, e a gama diversa de associações, as organizações ligadas a projetos de solidariedade e desenvolvimento local a “nova” economia social (OBESP, 2011).

A economia social se preocupa com o modo de funcionamento da economia mista de mercado, a partir da perspectiva do papel desempenhado pelos valores sociais e pelas relações sociais, que não podem ser dissociados dos valores econômicos. A economia social torna-se responsável por investigar a economia de mercado como uma economia social, baseada na conexão da economia com a ética e das preocupações éticas com as relações sociais. Considera a agregação de valores, como a justiça, o bem-estar, a dignidade, a igualdade, a equidade e a ênfase na eficiência padrão (DAVIS; DOLFSMA, 2010).

A área de estudo aqui analisada integra na sua análise a relação entre os valores sociais, a identidade individual e social; as preferências dos indivíduos estão ligadas às comparações intrapessoal e interpessoal do indivíduo³. A economia social afasta-se da visão neoclássica do indivíduo, que tem como fonte única de informação as preferências individuais (ZOHREH, 2012).

Para Granovetter (1985), a economia está em uma área isolada, separada da sociologia, antropologia, ciência política e até da história. Na economia, o agente é levado a agir de forma racional e a buscar ganhos individuais – ou, em outros termos, maximizar a sua utilidade. Já nas outras áreas de estudo, as interações sociais entre os indivíduos são essenciais. A economia social surge não trabalha com o conceito de *homo economicus*, e leva em conta as relações sociais entre as pessoas.

³ Após a publicação do ensaio *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science* (1932) de Robbins, as preocupações com as comparações intrapessoais foram abolidas da análise econômica.

A economia social se ocupa do estudo das causas éticas e sociais e as consequências do comportamento econômico, instituições, organizações, teoria e política. Estuda as relações entre ética, valores sociais, justiça social, dimensões sociais da vida econômica, em suma, as relações que existem entre economia e sociedade. Trata de questões como: quais condições econômicas são requisitos para uma boa sociedade e como elas podem ser alcançadas; como os valores sociais e morais influenciam o comportamento econômico; como a interação social afeta os resultados econômicos; quais as implicações éticas da teoria econômica e política; como fazer as diferentes instituições sociais contribuírem para uma economia sustentável, justa e eficiente. Além disso, o comportamento humano é resultado de complexas interações sociais com consequências éticas (THE ASSOCIATION FOR SOCIAL ECONOMICS, 2015).

Os conceitos de identidade e liberdade de agência feminina – presentes na economia social – partem da visão de que o indivíduo presente no mundo real difere substancialmente do *homo economicus*, o agente maximizador de utilidade da economia tradicional, questão melhor trabalhada nos próximos itens.

2. IDENTIDADES E LIBERDADE DE AGÊNCIA DO INDIVÍDUO

Para Sen (1998), a identidade social dos indivíduos é uma influência significativa para o comportamento humano: o indivíduo pode não ser guiado único e exclusivamente pelo seu próprio interesse, mas seguir regras e comportamentos do grupo que se identifica, sem relação com seus próprios objetivos.

Sen (1977) critica a visão da economia clássica, a qual coloca o indivíduo racional – *homo economicus* – como sendo guiado apenas pelo auto interesse, o que Sen (1977) denomina de tolo racional. Inúmeros outros aspectos, além do auto interesse, motivam o comportamento humano. Sen (1977) ressalta a simpatia – ou antipatia, quando negativa – e o *commitment*, os quais serão melhor vistos ao decorrer da seção.

Davis (2006) enfatiza que o conceito de identidade social de Sen difere do conceito da abordagem neoclássica de Akerlof e Kranton (2000) que foram responsáveis por inserir a identidade na análise econômica do *mainstream*, através da função utilidade, servindo como um dos fatores decisivos para o comportamento dos indivíduos. Na função de utilidade, a identidade é dividida em diferentes categorias sociais, por exemplo, o gênero. Através dessas categorias, espera-se certo tipo de comportamento por parte dos indivíduos (a mulher é feminina e usa vestido, o homem não o é e por isso não usa vestido).

A identidade social estudada aqui fornece, segundo Kranton (2016), uma estrutura para analisar os resultados econômicos estabelecendo identidades pessoais – e não apenas incentivos pecuniários – como motivos igualmente importantes na tomada de decisão. Kranton (2016) afirma que tanto as identidades quanto as normas são processos espelhados que ocorrem em diferentes níveis de tomada de decisão. Indivíduos, famílias,

escolas, governos, movimentos sociais: todos têm diferentes normas com implicações para os resultados econômicos.

No modelo de identidade econômica estabelecido por Akerlof e Kranton, as pessoas escolhem suas ações dando como dadas as normas, as categorias sociais, a sua própria identidade e as identidades dos outros. Já no médio prazo, os indivíduos tem poder de mudar a sua identidade e, através de suas ações, podem alterar algumas das normas ou categorias – como as expostas acima –, porém com restrições ao ambiente em que vivem. E, no longo prazo, nenhuma variável é fixa ou dada. As atitudes dos indivíduos, sejam elas mais ou menos conscientes, afetam as normas e os grupos sociais em que estão inseridos (KRANTON, 2016).

Sen (2009) inclui, além da identidade social, a identidade pessoal, e recomenda que elas não sejam agregadas em uma “identidade global”, porque os preceitos da identidade pessoal são diferentes da identidade social. Qizilbash (2014) escreve que, em Sen, é possível diferenciar três concepções de identidade: a identidade pessoal, que é a forma como a pessoa se vê, ou a auto percepção, a identidade social, que são as identificações que o indivíduo tem como membro da família, partido político ou outro grupo e a identidade percebida que é a forma como uma pessoa é percebida por outros indivíduos. Para Sen (1977; 2008a), o autointeresse – ou o egoísmo – não deve ser excluído como uma motivação das ações dos indivíduos, mas analisado juntamente com questões referentes à moral e à ética, que também são responsáveis pelas ações das pessoas.

Os membros de cada grupo podem ter interesses que são em parte convergentes e em parte conflitantes. As ações baseadas na lealdade ao grupo podem implicar, em alguns aspectos, um sacrifício de interesse puramente pessoais, assim como podem também facilitar, em outros aspectos, maior realização do auto-interesse. O equilíbrio relativo desses dois resultados pode variar (SEN, 2008a, p. 35-36).

Sen (2002) identifica três preposições básicas da teoria econômica tradicional. São essas: *self-centered welfare* (bem-estar egocêntrico), *self-welfare goal* (bem-estar como objetivo) e *self-goal choice* (escolha como objetivo pessoal). A primeira disserta sobre o bem-estar do indivíduo referir-se apenas ao seu próprio consumo, que não envolveria outras pessoas. O bem-estar como objetivo trata do interesse do indivíduo de maximizar o seu próprio bem-estar. Em terceiro lugar, Sen (2002) diz que a escolha do indivíduo é feita a fim de buscar seus próprios objetivos, sem levar em consideração os outros.

Sen (1977) introduz, ainda, um quarto conceito relacionado à noção de comprometimento entre as pessoas, o qual foi chamado de *commitment*. Esse conceito diz respeito à situação em que um indivíduo age em benefício de outro, mesmo que essa ação gere uma redução em seu bem-estar pessoal, o que exclui ações ligadas com o auto interesse.

Sen (1985) analisa o bem-estar individual em termos de liberdade e realização ou, em outras palavras, liberdade de bem-estar e liberdade de agência e realização de bem-estar e realização de agência. O conceito de liberdade de agência diz respeito à liberdade do indivíduo para buscar seus objetivos, e realizar o que julga valioso e valioso para si. Livet (2006) entra em concordância com Sen (1985) ao afirmar que, caso as identidades pessoais sejam fixas, o indivíduo não pode ser tido como livre e autônomo. Essa inconsistência em relação à liberdade também ocorre caso os indivíduos não possuam identidade pessoal, porque a ausência desta impede que o indivíduo avalie suas escolhas e ações ao longo da vida.

A identidade pessoal e a liberdade de agência estão fortemente ligadas. A liberdade de agência, do agir, considera tanto a autonomia quanto a liberdade pessoal as quais, por sua vez, estão conectadas à tomada de decisões sobre a própria e à capacidade de definir as características básicas da sua existência pessoal (Sen, 1985).

Livet (2006) afirma que os indivíduos mudam sua identidade pessoal ao longo de suas vidas, o que confirma a liberdade individual. O autor diz que as escolhas referentes a quem o indivíduo almeja ser estão intimamente ligadas com a liberdade e autonomia pessoal. Sen (1998) vai ao encontro de Livet (2006) ao afirmar que a escolha do indivíduo é apenas transitória, e não permanente, e tais escolhas são delineadas em razão das circunstâncias e da história dos indivíduos.

Há, ainda, a opção da descoberta de dada identidade pelos indivíduos, no sentido de descobrir uma ligação, conexão, com algo que antes não tinham conhecimento. Um exemplo desse caso seria o indivíduo descobrir que é muçulmano (SEN, 1998). Entretanto, mesmo após a descoberta dessa nova identidade, é necessário que o indivíduo decida o peso que dará a essa nova característica frente às demais.

Granovetter (1985) entra em concordância com Sen (1998) ao afirmar que os atores não agem ou decidem como átomos isolados em um contexto social, não aderem servilmente a um roteiro previamente definido. As pessoas são influenciadas por toda uma conjuntura social -- cor, gênero, orientação sexual e renda.

Para Sen (2014), é necessário analisar as diversas identidades dos indivíduos, ao invés de considera-los como portadores de uma única identidade. A liberdade de agência envolve questões éticas e morais no que tange a liberdade do agente de escolher os grupos sociais aos quais vai pertencer e as identidades que assumirá. O agente passa a ser considerado um ser incorporado a uma rede de relacionamentos e as suas ações não possuem fins predeterminados, para tanto deve existir a liberdade de escolha.

O reconhecimento da multiplicidade de identidades que um agente possui permite a compreensão das responsabilidades que cada pessoa possui e do poder de escolha de agir ou não de certa forma. O agente feminino é o que possui maiores condições de privação com relação ao seu poder de escolha e à sua liberdade de agência, impedindo o

pleno reconhecimento das suas multiplicidades. Isso ocorre devido à sociedade patriarcal em que ela vive⁴.

3. LIBERDADE DE AGÊNCIA FEMININA

O reconhecimento da condição de agente é necessário para que a pessoa possa reconhecer as suas responsabilidades, e seu poder de escolha entre agir ou não. A partir dessa ampliação de ótica, é possível que se observe melhor as privações relativas da mulher em todo o mundo (SEN,1999). Sen (1999) trata do bem estar feminino – intimamente relacionado à liberdade de agência da mulher – por meio do conceito de ‘mortalidade excessiva socialmente gerada’, e dá ênfase para os casos ocorridos na África setentrional e na Ásia. Esse nome se refere ao fato de existir um número significativo de mulheres ‘faltantes’ – ou seja, que foram mortas devido à parcialidade por um dos gêneros na distribuição de cuidados relativos à saúde e demais necessidades básicas.

Tais privações vividas pelas mulheres ultrapassam as barreiras de seu próprio corpo a partir da restrição do reconhecimento sobre que seria melhor para a saúde feminina e fertilidade. Sen (1999) argumenta que melhorias na educação afetam negativamente a mortalidade infantil. Então, a privação da liberdade de agência feminina tem ação direta à saúde dela e dos filhos.

Nelson (1995) afirma que na economia tradicional, as características socialmente reconhecidas como masculinas – objetividade, consistência lógica, realizações individuais, abstração, racionalidade e até mesmo o estudo da ciência – são comumente mais valorizadas do que as qualidades tidas como femininas, como subjetividade, entendimento intuitivo, cooperação, emoção e delicadeza. Essa divisão entre superioridade e inferioridade contribui para a privação da liberdade de agência feminina no momento em que as suas qualidades são menosprezadas.

Cabe lembrar que a mulher não participa apenas do mercado de trabalho, ou seja, assumindo funções produtivas, mas também as funções reprodutivas, além do trabalho doméstico onde se prevalece a responsabilidade feminina, permitindo com isso transmitir à mulher uma carga tripla de jornada de trabalho, ou seja, o trabalho extra domicílio, o cuidado com os filhos e as tarefas do lar. (GIRALDELLI, 2007. p. 6-7)

Guiraldelli (2007) ressalta as diferentes tarefas delegadas à mulher – com ênfase no trabalho realizado no âmbito doméstico –, e como a liberdade de agência feminina é afetada ao tratar as tarefas domésticas e o cuidado com a família como responsabilidade exclusiva dela.

⁴ Van Staveren e Gasper (2002) tratam dos diversos esforços feministas para reduzir a desigualdade entre os gêneros na sociedade patriarcal. Nesse sentido, os autores identificam a liberdade como maior poder de escolha – tanto em relação ao aborto, a educação e a escolhas pessoais da vida da mulher.

Bruschini (2000) entra em concordância com Guiraldelli (2007) ao apontar que o modelo de família patriarcal – no qual a mulher é tida como responsável pelo trabalho doméstico e toda a sua identidade está construída nessa relação com os afazeres da casa – condicionam a inserção feminina no mercado de trabalho a outros fatores além da sua própria qualificação e da oferta de trabalho disponível. A constante necessidade de ser dona de casa limita a sua disponibilidade para o mercado assalariado. Fatores como a situação conjugal, filhos, idade, estrutura familiar e características do grupo familiar afetam a entrada feminina no mercado de trabalho, porém não possuem interferência sobre a masculina.

Bruschini (2000) afirma que a posição secundária e discriminada das mulheres no mercado de trabalho é fortemente influenciada pela persistência da responsabilidade feminina para com o serviço doméstico e o cuidado com a família. Aqui, a liberdade de agência feminina é restringida a partir do momento em que a mulher é posta em segundo plano no mercado assalariado.

No que tange à relação da mulher com o mercado de trabalho, a desigualdade entre os salários de homens e mulheres foi apontada por Nogueira (2003). Segundo a autora, ambos os gêneros, exercendo as mesmas atividades, concentram-se em diferentes faixas de salários, o que aponta desigualdade em relação aos valores médios pagos para os trabalhos realizados conforme o gênero.

Nelson (2015) ressalta que as mudanças nos campos de trabalho não remunerado e também do assalariado deveriam ser maiores. A autora afirma que há necessidade do homem assumir a sua parte de responsabilidades sobre o trabalho doméstico, visto que as mulheres estão em processo de alcançar a paridade no mercado de trabalho em relação ao gênero masculino.

Sen (1999) destaca que o bem-estar feminino está intimamente relacionado por variáveis como alfabetização, o potencial das mulheres de obter renda independente, encontrar emprego no mercado de trabalho, ter direitos de propriedade e participar ativamente das decisões dentro e fora da família. Tais direitos estão interligados no que tange à independência e ganho de poder feminino, o que fortalece e dá poder à voz ativa e à condição de agente da mulher.

A liberdade em um setor tende a influenciar positivamente a liberdade em outras áreas. Sen (1999) cita que o poder trabalhar fora de casa e ter uma renda influencia a liberdade de não sofrer fome, doenças e privações relativas. Esse acréscimo no poder feminino afeta também a fecundidade feminina, como anteriormente ressaltado. Na Índia, tanto a educação quanto o emprego femininos são fatores de extrema importância na redução das taxas de fecundidade (SEN, 1999).

No Brasil, Rego e Pinzani (2013), destacam que o programa de distribuição de renda do governo federal, o Bolsa Família – no qual a mulher é beneficiária – possibilitou um acréscimo na liberdade de agência das beneficiárias. Tal processo gerou certa independência feminina ao permitir que elas se vejam como cidadãs, inseridas em uma

sociedade e com responsabilidades perante a mesma, principalmente via o voto. A liberdade de agência também é afetada pela regularidade do benefício do programa, o que era uma realidade desconhecida para parte das mulheres inseridas no Bolsa Família.

Deve-se ressaltar que as possibilidades morais de liberação da opressão conjugal ainda são muito raras nas regiões pobres e atrasadas do Brasil, devido aos rígidos controles familiares que atuam sobre as mulheres. Os controles provêm de várias figuras familiares, uma vez que a família e seus controles se ampliam no casamento, originando a família ampliada e, com isto, a extensão da dominação, isto é, muitas delas estão submetidas ao sogro, à sogra, além de ao marido e ao pai. (REGO E PINZANI, 2013 p. 28)

Esse processo de promoção de liberdade aos agentes está relacionado à percepção da economia social sobre o indivíduo, porque a economia social aceita que o agente esteja envolvido em diversas redes de relacionamento, sobre as quais é influenciado e também sofre influências, ao contrário do que apresenta economia *mainstream*.

Nelson (1995) expõe a economia *mainstream* como sendo baseada em uma pessoa racional, autônoma, auto interessada e que realiza ações que maximizam sua utilidade ou bem-estar dadas as limitações exógenas. Esse indivíduo passou a ser conhecido como Robinson Crusoe, em referência ao personagem de Defoe, que vive sozinho em uma ilha. Essa pessoa também é caracterizada por interagir com a sociedade, contudo sem ser influenciado pela mesma.

Economic man, the “agent” of the prototypical economic model, springs up fully formed, with preferences fully developed, and is fully active self-contained.... He interacts in society without being influenced by society: his mode of interaction is through an ideal market in which prices form the only, and only necessary, form of communication.... Yet humans do not simply spring out of the earth. Humans are born of women, nurtured and cared for as a dependent children, socialised into family and community groups, and are perpetually dependent on nourishment and shelter to sustain their lives. (NELSON, 1995, p. 31)

Van Staveren (2001) argumenta que a racionalidade prevista na economia *mainstream* representa uma interpretação tendenciosa em favor da visão mecanicista do homem, ou seja, essa perspectiva racional não leva em conta as experiências de homens e mulheres da vida real, pessoas com necessidades e *capabilities*. A autora escreve que essa racionalidade é restrita a uma percepção branca, ocidental e masculina da razão, e entra em concordância com Nelson (1995) ao afirmar que, nessa concepção, a razão e o auto interesse são características do gênero masculino, ao passo que a mulher seria movida pela intuição e pela emoção.

Sen (1999) apresenta a relação da taxa de natalidade com a privação da condição de agente da mulher. O aumento do bem-estar e da condição de agente feminino está ligado à mudança do padrão de natalidade de toda a sociedade. O desenvolvimento da autonomia da mulher leva a diminuir as taxas de fertilidade, pois existe uma relação entre

o bem-estar e a decisão das mulheres de ter ou não filhos, e há provas que a educação feminina está vinculada com a redução da fertilidade. (SEN, 2011).

O papel da mulher dentro da liberdade de agência é muito importante, por diversos motivos. O primeiro está relacionado ao bem estar feminino, o que afeta de maneira direta o bem estar social. Em segundo lugar, porque ela pode levar a redução da taxa de mortalidade infantil e a afetar de maneira positiva ou negativa a taxa de natalidade. Mas, o estudo desta área foi muito negligenciado na economia política, e assim, devendo ser corrigido (SEN, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na economia social, o indivíduo é considerado como socialmente incorporado e não como um ser atomístico, ou seja, os indivíduos estão localizados dentro de redes de relacionamentos sociais e não são indivíduos separados, onde não existe nada para além deles, diferentemente da economia *mainstream*, representada pelo *homo economicus*. Essa análise a respeito da insuficiência representativa do *homo economicus* é essencial porque mostra a importância do estudo da identidade do indivíduo e da liberdade de agência, os quais derivam da lacuna entre as pessoas reais – tanto homens quanto mulheres – e o *homo economicus*.

Depois de apresentados os conceitos de economia social, identidades do indivíduo e liberdade de agência feminina, percebe-se que os temas aqui expostos apenas conseguiram se solidificar como áreas de estudo em função da economia social. A economia social permite que diferentes ramos de conhecimento econômico se desenvolvam sem que seja necessário se basear no *homo economicus*, o que torna possível o envolvimento com outras áreas de estudo, como a ética, os valores sociais, a justiça social e, em geral, as dimensões da vida econômica, possibilitando uma maior aproximação do estudo das relações entre economia e sociedade.

A economia social permite que o ser humano real, com interações, identidades próprias, liberdades e limitações seja retratado em assuntos econômicos. Essa forma mais real e interdisciplinar de analisar o agente, especialmente a mulher, faz com que os estudos econômicos sejam mais precisos, porque permite uma diversidade comportamental, ao contrário da economia *mainstream*, a qual padroniza todos os sujeitos por meio do *homo economicus*.

Nesse estudo da pessoa como um universo independente e que não segue um único padrão perfeitamente racional e maximizador da utilidade, faz-se necessária a análise sobre a identidade e sobre a liberdade de agência. O primeiro é importante porque dá relevância à visão pessoal do agente sobre ele mesmo e as interferências que essa visão sofre do meio social, externo. A identidade pessoal é fator essencial ao analisar as ações e o comportamento do indivíduo, tanto na sociedade quanto na economia.

A liberdade de agência é essencial primeiro porque é um fator decisivo na formação da identidade do agente, em relação a como ele se vê, como é visto e como é tratado pela sociedade como um todo. A liberdade de agência feminina foca nas desigualdades de gênero presentes na sociedade atual, seja através da desigualdade salarial ou da desigualdade presente na distribuição do trabalho doméstico. Contudo, essa relação social de submissão da mulher ao homem vem mudando devido aos esforços dos movimentos feministas e aos diversos estudos que buscam a igualdade entre os gêneros, os quais devem ser estimulados.

BIBLIOGRAFIA

AKERLOF, G. A.; KRANTON, R. E. **Identity and the Economics of Organizations**. The Journal of Economic Perspectives, vol. 19, nº 1, p. 9 -32, 2005. Disponível em: <<http://public.econ.duke.edu/~rek8/identityandtheeconomicsoforganizations.pdf>>. Acesso em: outubro de 2015

AKERLOF, G. A.; KRANTON, R. E. **Economics and Identity**. The Quarterly Journal of Economics, vol. CXV, issue 3, p. 715-753, 2000. Disponível em: <public.econ.duke.edu/~rek8/economicsandidentity.pdf>. Acesso em: outubro de 2015

THE ASSOCIATION FOR SOCIAL ECONOMICS. Disponível em: <<http://socialeconomics.org/>>. Acesso em: dezembro de 2015

BAREA, J.; MONZÓN, J. L. (Dir.). *Libro blanco de la economia social en Espanha*. Ministério de Trabajo y Seguridad Social, Madrid, 1992.

BRUSCHINI, Cristina. **Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?**. In: ROCHA, M. (org.). Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas: CEDEPLAR, 2000, 384p. p. 13-58. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/trabalhogenero/TG_p13a58.pdf>. Acesso em: maio de 2016.

CAEIRO, Joaquim Manuel Croca. **Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia**. *Rev. katálysis* [online]. 2008, vol.11, n.1, pp. 61-72. ISSN 1982-0259. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100006>. Acesso em: outubro de 2015

DAVIS, J.B. **Identity and commitment: Sen's conception of the individual**. Amsterdam School of Economics Research Institute, 2004. Disponível em: <<http://dare.uva.nl/document/2/94899>>. Acesso em: setembro de 2015

DAVIS, J. B. **Social identity strategies in recent economics**. Journal of Economic Methodology, vol. 13, nº 3, p. 371-390, 2006. Disponível em: <<http://dare.uva.nl/document/2/94942>>. Acesso em: setembro de 2015

DAVIS, J. B. **Identity and Individual Economic Agents: A Narrative Approach.** Review of Social Economy, vol. 67, nº 1, p. 71-94, 2009a. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1151325>. Acesso em: outubro de 2015

DAVIS, J. B. **Individuals and Identity in Economics.** New York: Cambridge University Press, 2011. Disponível em: <<https://oeconomia.revues.org/1479?lang=en>>. Acesso em: outubro de 2015

Dolfsma, W. A., & Davis, J. B. Social economics: An introduction and a view of the field. In J. Davis, & W. Dolfsma (Eds.), In: **Companion to social economics.** (pp. 1 - 7). Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2010.

FOLBRE, Nancy. **Who Pays For The Kids? Gender and the Structures of Constraint.** Routledge, 1ª edição. 1994.

GRANOVETTER, Mark. **Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness.** American Journal of Sociology, vol. 91, nº 3. p. 481-510, 1985. Disponível em <https://www2.bc.edu/~jonescq/mb851/Feb26/Granovetter_AJS_1985.pdf>. Acesso em: abril de 2016.

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Presença feminina no mundo do trabalho: História e Atualidade.** In: Revista da Rede de Estudos do Trabalho – Ano 1 nº 1. 2007.

KRANTON, Rachel. **Identity Economics 2016: Where do Social Distinctions And Norms Come From?**, 2016. Disponível em <http://econ.duke.edu/uploads/media_items/identity-economics-2016-aer-p-p-kranton.original.pdf>. Acesso em: maio de 2016.

NELSON, Julie. **Feminism and Economics.** Journal of Economic Perspectives, vol. 9 nº 2. p. 131-148, 1995.

NELSON, J. **Husbandry: A (Feminist) Reclamation of Masculine Responsibility for Care.** Cambridge Journal of Economics, 2015. Disponível em: <<http://cje.oxfordjournals.org/content/early/2015/08/31/cje.bev060.full.pdf>> Acesso em: Junho de 2016.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização.** Campinas: Autores Associados, 2004.

MARCH, J. G. **A primer on decision making: how decisions happen.** New York: The Free Press, 1994.

OBESP, Observatório da Economia Social Portuguesa. A Economia Social: conceito proposto pelo OBESP. Disponível em: <

http://www.cases.pt/0_content/actividades/obesp/OBESP_Conceito_de_Economia_social_09_DEZ_2011.pdf>.: dezembro de 2015.

QIZILBASH, M. **Identity, reason and choice**. *Economics and Philosophy*, vol. 30, p. 11-33, 2014. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayFulltext?type=1&fid=9186645&jid=EAP&volumeId=30&issueId=01&aid=9186642>>. Acesso em: outubro de 2015

REGO, Walquiria L.; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. UNESP, 2013.

SEN, A. K. **Rational Fools: A Critique of the Behavior Foundations of Economic Theory**. *Philosophy and Public Affairs*, 6 (2): 317-344, 1977. Disponível em: <https://www.uclouvain.be/cps/ucl/doc/cr-cridis/documents/sen_on_TCR_rational_fools.pdf>. Acesso em: outubro de 2015

SEN, A. K. **Well-Being, Agency and Freedom: The Dewey Lectures**. *The Journal of Philosophy*, vol. 82, n° 4, p. 169-221, 1985. Disponível em: <http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/Sen-1985_WellBeing-Agency-Freedom.pdf>. Acesso em: outubro de 2015

SEN, A. K. **Reason before Identity**. New York: Oxford University Press, 1998.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Schwarcz. 1999. Disponível em: <<http://www.companhiadasletras.com.br/trechos/80156.pdf>>. Acesso em: setembro de 2015

SEN, A. K. **Sobre Ética e Economia**. Companhia da Letras, 7ª reimpressão, 2008a.

VAN STAVEREN, Irene. **The Values of Economics an Aristotelian Perspective**. Routledge, 1ª edição, 2001.

ZOHREH, E. **Social Economics and Evolutionary Learning**. *Review of Social Economy* 70.4 (2012): 401-420. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00346764.2012.722006?journalCode=rrse20>>. Acesso em: setembro de 2015.